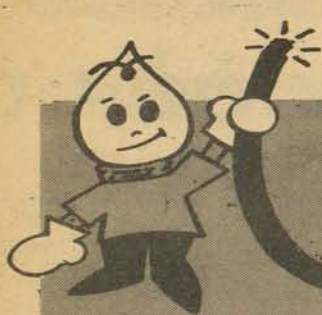




Intersindical dos Eletricitários de SC

Nº 134

19/04/91

SETOR ELÉTRICO  
**VIOLÊNCIA**  
As punições continuam

# Intersul pede a exoneração de Gazaniga da presidência

A Intersul está pedindo ao governo, através de carta ao presidente da República, a imediata exoneração de Amílcar Gazaniga do cargo de presidente da Eletrosul.

A carta se refere a documentos da Celesc que revelam o envolvimento da Gazaniga em um caso de desvio de dinheiro dentro desta empresa.

Os documentos apresentados em anexo à carta são parte do processo administrativo nº 065/77 da Celesc, que apurou o desvio do pagamento das faturas de energia do porto de Itajaí dos cofres da Celesc. Na época, Amílcar Gazaniga era gerente de distribuição da Celesc naquela cidade, e o resultado de uma auditoria o aponta, além de dois outros empregados, como responsáveis pelo desvio.

"Fundamentados pelo levantamento realizado por esta auditoria interna, conforme relatório em anexo, somos de parecer que os responsáveis diretos perante a empresa, pelo valor de Cr\$ 279.264,58, que não deu entrada em nossos cofres, são os seus três procuradores, Eng. Gerson Wanderley Leal — Administrador, Eng. Amílcar Gazaniga — gerente de distribuição, e senhor Alarico

Paulo da Silva — gerente administrativo..." diz um parecer da auditoria interna ao presidente da Celesc. Os fatos ocorreram em 1975, e o valor do desvio, corrigido, chega a 20 milhões de cruzeiros.

Gazaniga, em entrevista coletiva, o envolvimento "Eu fui inocente", disse afirmando que os culpados, conforme sentença judicial, seriam dois empregados do porto. Na mesma entrevista, ele disse que não lembrava se aconteceu ou não o desconto do valor desviado na sua folha de pagamento na Celesc, como determinou a auditoria interna.

Gazaniga acusou a Intersindical de "mau caráterismo". Segundo ele "divulgaram um documento sem saber o que estão divulgando". Gazaniga prometeu processar a Intersindical baseado em difamação: "quiseram me caracterizar como ladrão".

Mauro Passos, coordenador da Intersul, garante que os sindicatos não temem qualquer processo. "Nós só divulgamos documentos que estavam escondidos há 15 anos, não temos nada para explicar. Quem deve explicações à sociedade são pessoas que se envolveram na irregularidade", disse o sindicalista.



Empregados fizeram manifestação apoiando a Intersul

## Imprensa veta denúncia do dossiê

A grande imprensa teve um estranho silêncio com relação às denúncias apresentadas pela Intersindical. No dia 16, às 15h30 min, foi realizada na sede do Sinergia uma entrevista coletiva onde os documentos sobre a irregularidade foram entregues aos repórteres. Para surpresa de todos — e dos próprios repórteres — no dia 17 nenhum jornal publicou matéria sobre a denúncia, contrariando a rotina das redações.

"Quando eu cheguei da coletiva havia um recado na redação para eu ligar para a assessoria de imprensa da Eletrosul. Eu liguei e fui atendido por Miguel Sedrez que disse que o sindicato tinha errado ao divulgar os documentos num dia em que Gazaniga estava em Brasília", contou o repórter Valdir Cachoeira, do jornal O Estado. Cachoeira disse que colocaria na sua matéria a opinião do assessor da empresa, no que teve a concordância do editor de economia. Depois disso, quando a matéria estava quase pronta, o editor chefe do jornal, Mário Pereira, disse que havia uma determinação de que nada fosse publicado sem que se ouvisse Gazaniga. O repórter concluiu a matéria e entre-



Toda imprensa recebeu o dossiê

gou aos seus superiores. "A matéria era para hoje, entregue hoje", afirmou Cachoeira.

Nos demais jornais a coisa não deve ter sido diferente, embora os envolvidos preferiram não falar sobre o assunto. "Fizemos a nossa parte", dizem os repórteres. Certamente a orientação de bloqueio do material partiu das direções dos jornais, atropelando o próprio respeito aos profissionais de imprensa. Não é habitual na imprensa "aguardar" a defesa de que é denunciado.

## A íntegra da carta

Veja a íntegra da carta enviada ao Presidente da República pela Intersul

"Excelentíssimo Presidente:

Através desta, vimos a sua presença reivindicar a imediata exoneração do Sr. AMILCAR GAZANIGA do cargo de presidente da Centrais Elétricas do Sul do Brasil - ELETROSUL. Esta iniciativa é tomada em nome da moralidade, da austeridade e da defesa das empresas públicas, e se embasa na comprovação do envolvimento do referido presidente em graves irregularidades administrativas contra a Centrais Elétricas de Santa Catarina, que em valor de hoje somariam 20 milhões de cruzeiros.

O desvio de dinheiro da CELESC foi comprovado através de auditorias (conforme cópia do processo em anexo), e refere-se a mal versação, de valores provenientes do pagamento de faturas de energia do Porto de Itajaí durante 18 meses, com o envolvimento direto de AMILCAR GAZANIGA e mais dois

empregados da empresa.

Em correspondência anteriormente enviada (protocolo 00002.001053/91-66), Vossa Excelência foi alertado que os recursos a serem liberados para a Hidrelétrica de Itá deveriam ser fiscalizados, evitando que fossem desviados para outros fins, como recente e comprovadamente ocorreu na ELETROSUL.

Por tudo isso, entendemos que o Sr. AMILCAR GAZANIGA não tem condições para dirigir uma estatal do porte da ELETROSUL, o qual lida com recursos da ordem de milhões de dólares.

Ao invés de apontar para a privatização das estatais, Sr. Presidente, é necessário limpar tais empresas das manchas de corrupção e negociatas efetuadas por dirigentes desqualificados e de trajetória obtusa. Respeitosamente,

Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil

## Salários só depois do dia 5

O diretor Financeiro da CELESC, Antônio Carlos Vieira, quer ser mais realista do que o rei. É o único diretor que quer cumprir a risca o Despacho do Governador do Estado que estabelece que os salários dos empregados das Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Autarquias sejam pagas até o dia 05 do mês subsequente ao vencido. Aliás, nem precisava a preocupação do Governador, porque a Lei já estabelece que assim seja.

O que causa espanto é o desconhecimento do Diretor Financeiro com as coisas da CELESC. Isso não é à-toa porque ele é de fora, não tem compromisso com a construção da Empresa. E apenas mais um emprego, pois ele é FISCAL DA FAZENDA APOSENTADO e ganha polpudos salários. Agora, com mais um emprego político de diretor a sua renda daria para pagar o salário de no mínimo 10 eletricitistas ou o mesmo número de operadores de subestação.

Está esquecendo o tal diretor que receber salário no próprio mês já é um Direito adquirido do celesquiano, decorrente da habitualidade e do próprio calendário fixado

pela Diretoria.

Se a teimosia for maior que o respeito aos direitos, o sindicato não terá a menor dúvida de ingressar na Justiça do Trabalho para preservar as suas conquistas. A própria ELETROSUL já tem experiência amarga nesse sentido. O BRADESCO e o BANCO DO BRASIL, depois de serem obrigados a voltarem a pagar os seus empregados como era habitual nem mais querem saber de mudar o calendário de pagamento dos salários. Por isso, preventivamente, a INTERSINDICAL enviou carta ao Sr. Diretor Administrativo discordando da mudança do calendário da Folha de Pagamento e solicitou seu empenho junto à diretoria Colégiada para reverter tal decisão que em nada contribui para a economia de gastos. Pelo contrário, onera em muito, porque é um direito líquido e certo que a Justiça do Trabalho reconhece em todas as instâncias.

Sobre a reunião ocorrida na tarde do dia 17, não foi possível relatar seu resultado porque ela não havia encerrado até o momento do fechamento dessa edição do Linha Viva.

### JORNADA DE ABRIL

## 100 mil panfletos toda semana

Iniciada a "jornada de abril" da CUT, que prepara o 1º de maio, rumo à greve geral, dois assuntos já foram usados em mobilizações nacionais: "saúde e previdência" e "privatização". Em todo o estado de Santa Catarina foram distribuídos 100 mil panfletos de cada assunto.

O tão difundido rombo da previdência representa hoje, apenas 0,46% do orçamento dos benefícios da previdência. Enquanto isso, só em janeiro e fevereiro o "rombo" foi imenso: 557 bilhões de cruzeiros, desviados pelo governo para pagamento de funcionários ou refilados pelo Ministério da Economia.

Utilizando-se do argumento do "rombo" o governo quer tirar a aposentadoria por tempo de serviço, garantida pela Constituição (30 anos para as mulheres, 35 para os homens). O governo quer aposentar os brasileiros aos 65 anos, quando a expectativa de vida do brasileiro ao nascer é de 60 anos.

Além disso, o governo federal não quer cumprir direitos garantidos pela Constituição a partir de 5 de abril de 1991: o pagamento de um salário-mínimo para qualquer benefício da previdência; o cálculo de aposentadoria de acordo com os últimos 30 salários reajustados; o pagamento do 13º salário a todos os aposentados e pensionistas; e a aposentadoria do trabalhador rural aos 60 anos (homens) e 55 anos (mulheres).

O objetivo do governo, segundo a CUT, é inviabilizar a previdência para

privatizá-la. Com isso, pretende tirar os direitos mínimos dos trabalhadores. Além disso, com o que é "roubado", deixa de aplicar verbas em hospitais e centros de saúde, prejudicando o atendimento à população. A manutenção dos direitos à saúde, previdência e aposentadoria faz parte da defesa da melhoria de vida, da luta por salários, empregos e do combate à política do governo Collor.

Para a CUT, "o governo já iniciou o 'vale-tudo' na venda do patrimônio público. Só o Citibank tem reservado centenas de milhões de dólares para isso". Para se justificar, o governo apresenta as estatais como ineficientes e seus trabalhadores como marajás. Nada é dito sobre tarifas e preços defasados das estatais, principais responsáveis pela difícil situação econômico-financeira das empresas, e sobre a gestão autoritária das estatais.

Depois da reforma administrativa, segundo a CUT, o governo quer a previdência privatizada, a universidade para poucos, hospitais públicos que corram pela consulta, aposentadoria aos 65 anos, e é claro, o fim da estabilidade do funcionalismo federal aos 5 anos de serviço.

O "saneamento das finanças públicas" é a justificativa para mais este ataque aos direitos da população. Contra tudo isso, a CUT reivindica a gestão democrática do patrimônio público, o fim da perseguição aos dirigentes sindicais e um serviço público de qualidade e gratuito para todos.

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina que tem 7500 exemplares. Diretor Responsável: Glaucio Marques. Editores: Gastão Cassel (DRT/R5 6168) e Rosângela Bion (DRT/SC 1019). Ilustração: Franck Maia. Impressão: Gráfica do Jornal O Estado. Redação: Rua Luperda Coutinho, 21, Fpolis, SC. Fone: (48) 22-5596. Telex: 48-2555. Fax: 23-5596. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

### DEMISSÕES NA ELETROSUL

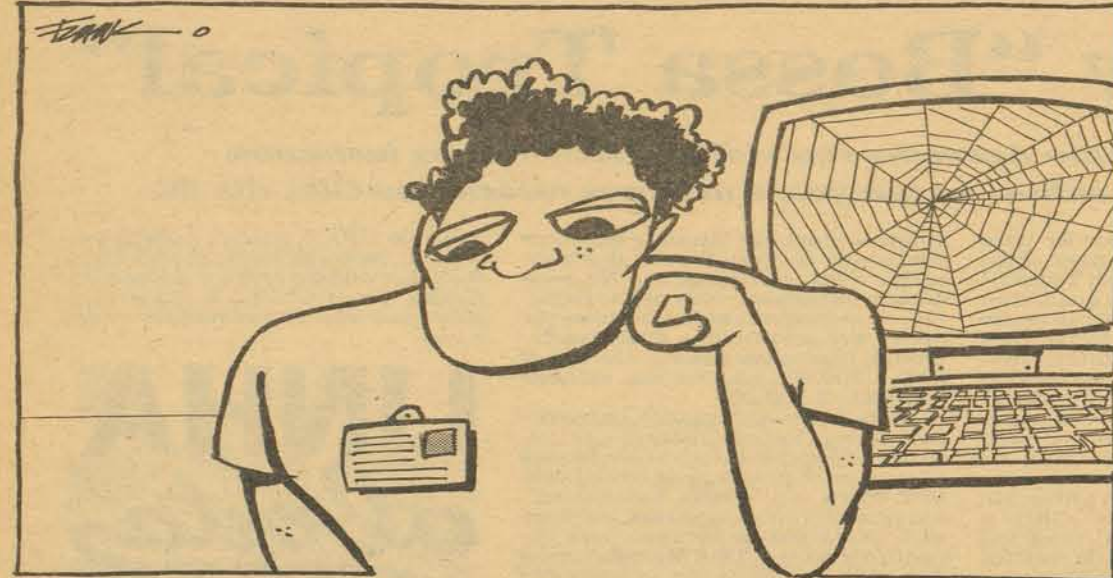
# As decepções que levam à demissão

Momentos antes do encerramento de prazo para aceitação do Incentivo à Demissão ainda havia na Eletrosul empregados procurando o Departamento de Recursos Humanos. Só esse ano até o dia 12 de abril exatamente 588 empregados aceitaram encaixar-se num dos três grupos do Programa de Demissão Incentivada. Um deles foi Mário José. Desmotivado com a impossibilidade de desenvolver um trabalho profissional e com a situação da Eletrosul, ele resolveu montar uma empresa de manutenção e consultoria de instrumentos e sistemas de automação, onde espera utilizar "os investimentos que o país fez na sua capacitação".

Com Mário José vão mais três empregados, todos com uma média de 15 anos de trabalho na Eletrosul e vários cursos de aperfeiçoamento no exterior. "Diante da deterioração da Eletrosul nossa contribuição será maior fora dela, trabalhando para a comunidade". Dia 3 de junho Mário vai utilizar toda sua capacidade técnica por tempo integral, fora da Eletrosul.

trosul.

Além da desmotivação profissional também o doloroso processo de sucateamento da empresa fazem parte dos motivos dos empregados que se desligaram de suas antigas funções. Mário Hildefonso Ribeiro Bier, como ele mesmo conta "retorna ao mercado de trabalho" no próximo dia 2 de maio, depois de mais de onze anos trabalhando com a manutenção de registradores automáticos de perturbação e localizadores de defeitos em linhas de transmissão. Sua função possibilitou que ele acompanhasse de perto os estragos que vem sofrendo o patrimônio público da empresa. "Não se vê por parte da gerência da Eletrosul qualquer preocupação com o andamento das manutenções nas Subestações". Explica Mário que por causa desses adiamentos há "torres com a sapata inclinada, equipamentos com ferrugem". "É apavorante a situação das Subestações". Toda esta decepção, aliada a falta de perspectiva fez a Eletrosul perder mais um funcionário altamente capacitado.



### 1º DE MAIO

## No seu dia, trabalhadores se encontram em Criciúma

A expectativa da CUT/SC é levar para Criciúma cerca de 50 ônibus de todo o estado para participar do ato unificado de primeiro de maio. Nesta semana começam a acontecer assembleias por categoria para discutir a pauta de reivindicações da CUT, o plebiscito que vai julgar a política econômica do Governo no dia 25, o ato de 1º de maio e a greve geral.

"Estamos realizando um trabalho junto aos sindicatos para mobilizar para o ato do dia do trabalhador e iniciar as movimentações em torno da greve geral", conta Ineir Mittmann, presidente da CUT/SC. Ele tem viajado por toda Santa Catarina, trabalhando para atingir a meta de deslocar quatro ônibus do Planalto, 15 do norte do estado, três do oeste e 20 da capital para o ato de Criciúma. "Estamos tendo boa receptividade, embora muitas entidades estejam fazendo um trabalho sem a intensidade esperada", comentou.

Se depender das categorias que já estão em luta, a participação no 1º de maio será grande. Em Criciúma os vestuaristas iniciaram na semana passada uma greve que atinge 13 fábricas. Eles reivindi-



cam o cumprimento do Acordo Coletivo da categoria que determina o pagamento do IPC de fevereiro (21,87%). "Se não houver negociação a tendência é a greve se espalhar por outras fábricas", avalia o sindicato da categoria, que tem 8.000 trabalhadores na sua base. Atualmente 20% da categoria está paralisada.

Mas o descontentamen-

to com a situação não acontece apenas nas fábricas. Os professores universitários também estão se movimentando para resistir à recessão. Terça e quarta-feira da semana passada, os professores da UFSC fizeram uma paralisação contra o projeto de reforma universitária elaborado pelo Ministério da Educação. Ao invés de aulas, no campus da UFSC

houveram diversos debates sobre a situação difícil em que se encontram as universidades brasileiras.

Também os agricultores sem-terra resistem como podem. Na semana passada em vários pontos do país eles ocuparam terras que aguardam definições burocráticas para serem definitivamente destinadas à assentamentos. Em Santa Catarina, (veja box) eles chegaram a ocupar a sede do Incra na capital.

"As manifestações de todas estas categorias são a certeza de que o ato será bem sucedido", diz Ineir, satisfeito com a decisão dos servidores estaduais de realizarem uma assembleia geral em Criciúma horas antes do ato unificado. "Vai ter muita gente gritando contra a recessão", salienta.

A CUT escolheu Criciúma para sediar o ato de 1º de maio justamente por ser o sul do estado uma das regiões mais atingidas pela política recessiva do governo, com desemprego em massa atingindo os mineiros.

Para ir ao ato unificado, entre em contato com o seu sindicato. Estão sendo organizadas caravanas em todos os pontos do estado.

## A espera das desapropriações

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária prometeu desapropriar ou adquirir áreas dentro de um mês para assentamento das 130 famílias que ocuparam a Fazenda Butiazinho, no município de Campos Novos, na madrugada do dia 8.

Os sem-terra mantiveram como refém durante quatro dias o funcionário do Incra, Nilton Tadeu Garcia, para forçar a negociação com o governo do estado e o Instituto.

As 130 famílias serão removidas da Fazenda Butiazinho — da empresa De Marco Argenta Indústria e Comércio — para os 350 hectares do Projeto de Assentamento Contestado, em Fraiburgo, ocupado por outras 18 famílias do Movimento Sem-Terra, onde aguardarão o resultado das vistorias do Incra. O Instituto prometeu agilizar o processo de desapropriação de 700 hectares, em Fraiburgo, para onde mandará as 148 famílias do MST. E prometeu, também, vistoriar a Fazenda Butiazinho, que tem dois mil hectares, segundo o proprietário, e dez mil, segundo os sem-

terra. Os donos dizem que é produtiva, os sem-terra, que não é.

As negociações foram aceleradas pela pressão de 150 agricultores, que ocuparam a sede do Incra em Florianópolis na tarde do dia 8. Os agricultores representavam 45 assentamentos e 7 acampamentos e reivindicaram, também, a desapropriação imediata de 10 mil hectares, a liberação de recursos para os assentamentos prejudicados pela seca, e cestas básicas de alimentos para as famílias acampadas.

A comissão de sem-terras reuniu-se com o governador do estado, Vilson Kleinübing no dia 9, e entregou a ele uma pauta de reivindicações com 18 itens. O governador marcou com o MST uma viagem a Brasília no dia 24 para falar com o ministro da Agricultura, Antônio Cabrera. O superintendente do Incra no estado Hélio Wolff admitiu

que até agora não houve liberação de novos recursos do governo federal para a desapropriação de terras em Santa Catarina.

# TRIBUNA

*livre*

Aldo Decker  
Sociólogo e empregado da Celesc

## O que não se falou da APC

O processo democrático ainda está por ser superado em qualquer sistema de modo de produção. No entanto alguns cuidados devem ser tomados, pois em nome da democracia muitas barbaridades já foram feitas. O centralismo democrático é um exemplo atual. Em muitas entidades "progressistas" vale apenas a "democracia" dos dirigentes. Numa análise simplista isto pode ser atribuído aos anos de regime ditatorial que já vivemos; mas já houve tempo suficiente para sabermos o que queremos. A história recente nos mostra que não há mais espaço para regimes fechados, representantes e dirigentes incompetentes (é só lembrar os países do bloco socialista e os votos anulados e em branco das nossas eleições).

Nesse contexto está a Associação dos Profissionais da Celesc — APC. Democrática? Legítima? Representativa? Dirigentes competentes? Todas estas questões dariam um artigo por si só. O que pretendo colocar aqui são alguns pontos críticos para reflexão. No entanto é necessário uma pequena digressão histórica para situar a APC.

Com a prática de eleições livres e diretas em todos os níveis a partir de 1982, a oligarquia catarinense estava por perder espaço na política em nosso estado. Todos sabem que o mando acionário na Celesc é do governo do Estado. E em toda empresa capitalista, quem detém o mando acionário gerencia (ou coloca seus prepostos para gerenciar). Na iminência de acontecer o que de melhor a democracia nos oferece, ou seja, alternância no poder, aliado a uma série de dificuldades impostas pelo governo a toda a classe trabalhadora, na Celesc um pequeno segmento funcional reúne-se para discutir tais dificuldades. Segmento esse formado em sua maioria por pessoas que ocupavam cargos de confiança. Historicamente o citado segmento nunca enfrentou dificuldades pois sempre os mesmos eram indicados para exercer postos de chefia. E se sentiam contrariados em remeter e discutir certos assuntos no foro próprio: o sindicato.

Assim, esse pequeno segmento se coloca como "massa pensante" fundando em 1984 a APC que era colocada como entidade que iria "preservar" a Empresa. É apresentada à comunidade celesquiana como integrada somente por pessoas com formação em escola de nível superior. Isto é, são considerados profissionais apenas aquele extrato privilegiado da população brasileira que conseguiu cursar universidade.

Esse segmento, agora organizado e representando todos os profissionais de nível superior tem poder de influência bastante elevado, mesmo não estando mais em postos gerenciais.

Tornam a APC elitizada e extremamente corporativista, apesar de algumas tentativas, de grupos mais liberais e progressistas dentro do seu quadro de associados, de se abrir a APC a todos os empregados. O que a tornaria mais legítima, representativa e com poder de influência maior. Para haver maior equilíbrio de forças na representação, é aconselhável os empregados de nível médio fundarem a Associação dos Profissionais de Nível Médio da Celesc e os Operacionais e Manuais a Associação dos Profissionais Operacionais e Manuais da Celesc. Pois só assim não irão somar prejuízos aquilo que é fundamental à sobrevivência. E também ter a certeza de poderem vislumbrar alguma ascensão no quadro gerencial e na carreira da Empresa.

Os povos estão derrubando gradativamente todas as formas ditatoriais de regime. A história nos mostra que nenhuma ditadura funciona por muito tempo. Será que teremos a ditadura dos níveis superior na Celesc?

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias, devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.



# Sindicatos patrocina- show "Bossa Tropical"

*Geraldo Azevedo, seu violão e seus ritmos lusitanos, afro, caribenhos, sertanejos, e urbanos estarão no CIC, dia 26.*

Bossa Tropical é o nome de uma música, de um disco e do novo show de Geraldo Azevedo. Bossa Tropical reflete também um estilo que o cantor e compositor vem desenvolvendo ao longo de seus mais de 20 anos de carreira. A expressão ainda indica um ritmo utilizado por Geraldo na música "Adoro Você". Lusitana, afro, caribenha, sertaneja e urbana, a música de Geraldo Azevedo será apresentada dia 26 desse mês, no teatro do Centro Integrado de Cultura, às 21 horas. Um dia antes, ele participa de um debate sobre a questão cultural no Brasil, onde vai expor a proposta e a visão de cultura que vem debatendo há muito tempo com artistas de várias áreas. O debate será no auditório do Centro Integrado de Cultura, às 20 horas. Di-

videm a promoção desses eventos dos sindicatos dos jornalistas, dos bancários e dos eletricitários. Na sede dessas entidades, com seus diretores, ou representantes sindicais, poderão ser adquiridos antecipadamente ingressos para o show por Cr\$ 1.500,00, que no dia estarão custando 2.000,00.

Além da Bossa Tropical, outro ritmo que tem forte influência nas músicas de Geraldo é o xote com toques de reggae. A presença do cordel está bem clara em "Plano Romântico", em parceria com Capinam, enquanto o clima pernambucano está inconfundível em "Ilha Moreno", uma "levada" caribenha em homenagem à ilha de Itamaracá.

Nesses e nas demais músicas que Geraldo Azevedo apresentará no

palco do CIC, o público poderá perceber e, especialmente, sensibilizar-se com a relação entre o autor e seu violão. Seu trabalho é um artesanato paciente de entrelaçar violão e voz.

## LINHA aberta

# Desempregados contestam ecologistas

Karl Goldstein  
Cientista Político

O interesse mundial com a preservação das florestas tropicais úmidas teve como consequência uma redução do desmatamento na selva amazônica, conforme revelam dados relativos aos dois últimos anos. A ação dos grupos ambientalistas, tanto nacionais como estrangeiros, obrigou também o governo brasileiro a alterar seu enfoque da questão ecológica, embora as mudanças, até agora, tenham sido mais retóricas do que práticas.

Começaram a surgir, igualmente, numerosas propostas de desenvolvimento econômico auto-sustentável no território coberto pela Floresta Amazônica.

Tudo isto é muito animador, mas acontecimentos recentes no estado do Amazonas indicaram que a cruzada dos ambientalistas não está sendo compreendida pelo povo amazonense, que chega até a mostrar um certo ressentimento em relação aos movimentos a favor da preservação da maior floresta tropical do mundo. No dia 3 de outubro de 1990, Gilberto Mestrinho, um velho político populista, foi eleito governador do Amazonas com uma votação arrasadora (58% dos votos), depois de ter feito uma campanha eleitoral explicitamente antiecológica.

Ele denunciou sistematicamente os ambientalistas como inimigos do povo amazonense e prometeu que, depois de assumir o poder, sua principal preocupação seriam as pessoas e não as plantas.

Como governador do estado, Mestrinho terá agora poder de obstruir projetos de conservação da floresta e de desenvolvimento auto-sustentável na Amazônia. Ele

não será o único com esse poder, mas o caso dele é particularmente assustador porque foi eleito justamente para isso. A população amazonense pobre encara a figura de Mestrinho como a de um protetor contra os estrangeiros que querem arruinar ou apoderar-se da economia da região. Neste vago conceito de estrangeiro, estão incluídos até mesmo os ambientalistas brasileiros do Rio e de São Paulo, onde a consciência ecológica é muito mais divulgada. A idéia que o governador Mestrinho procura reforçar entre os amazonenses é a de que não há necessidade de preocupação com o fim da floresta. Mas o problema é bem mais complicado do que parece, pois as acusações e ironias de Mestrinho têm como base uma realidade regional que ainda não foi globalmente entendida pelos ecologistas. Desajustes econômicos são inevitáveis na medida que a base de produção da região deixar de ser a exploração predatória de recursos naturais para passar à exploração auto-sustentável, isto é, renovável, destes mesmos recursos. (\*) A maior fiscalização do desmatamento bem como da extração de madeira e minerais nos últimos anos, gerou, pelo menos a curto prazo, um certo aumento do desemprego regional. Madeireiras e serrarias, até agora empregadores importantes, reduziram tanto a produção como o número de seus empregados, para escapar de multas pesadas em caso de ações predatórias. As restrições à garimpage ameaçam o sustento e sonho de milhares de aventureiros. A proibição das queimadas, a criação de reservas florestais, e o fim de projetos de colonização provocaram uma redução das chances de acesso à terra própria, e au-

mentaram o fluxo de imigrantes para centros urbanos da região, agravando os problemas endêmicos de cidades como Manaus, Santarém e Belém, cujos habitantes já enfrentam há anos sérios problemas habitacionais, sanitários e ocupacionais.

Os efeitos negativos a curto prazo do esforço de preservação ambiental sobre a população não justificam no entanto a destruição sistemática da floresta. É necessário reconhecer também que os ambientalistas têm mantido uma visão parcial sobre as dimensões sociais do dilema de desenvolvimento na Amazônia. Os povos indígenas e os trabalhadores extrativistas, cujas pausas têm sido tão defendidas pela comunidade ambientalista, representam uma minoria pequena da população rural da região. Segundo as estatísticas mais recentes do IBGE, os 56% da população dos sete estados da Amazônia moram em áreas urbanas, e esta proporção deve chegar a 61% até o ano 2000. Ora, este fato não diminui em nada a importância da defesa dos povos da floresta, mas deve-se reconhecer que a preocupação exclusiva com essas minorias provocou um grande ressentimento entre a população urbana da Amazônia. O governador Gilberto Mestrinho usou este ressentimento para tirar proveito político-eleitoral ao basear sua campanha na promessa de que ele se preocuparia com "todo o povo da Amazônia".

Para mudar esse quadro e ganhar a confiança popular, os ecologistas terão que daqui por diante dar mais atenção às áreas urbanas, porque estas também registram um deterioro ambiental grave, responsável por problemas de saúde num grande número de pessoas. Bairros pobres da peri-

feria das cidades amazônicas carecem de serviços urbanos básicos, tais como esgoto, abastecimento d'água e luz elétrica. O transporte público é precário. Existe pouca cobertura vegetal, deixando as cidades empoeiradas e mais quentes que as áreas florestais próximas. Este fato não deve ser ignorado numa região onde a temperatura média durante períodos prolongados, às vezes fica acima dos 40 graus centígrados.

Já que a Amazônia tem a maior taxa de crescimento populacional do Brasil, a expansão das áreas urbanas é inevitável. Se esta expansão for desordenada, o impacto ambiental desse processo, em termos de alterações climáticas e poluição do ar e água, poderá ser tão devastador quanto o provocado pela mineração inescrupulosa ou pela agropecuária predatória praticada na década de 70. Na luta pela preservação da natureza, existem também considerações estratégicas que justificam uma maior preocupação dos ambientalistas com o meio urbano. O poder político e econômico emanam naturalmente dos centros urbanos, onde se encontram os corpos administrativos e os centros de decisão financeira. Sem o apoio urbano, as forças que procuram mudar o rumo de desenvolvimento da Amazônia ficarão sem uma importante base de sustentação. Projetos de atendimento de saúde, alimentação, educação, urbanização, e indústria de baixo impacto ambiental no meio urbano, devem estar sempre entre as preocupações básicas dos ecologistas, pois caso contrário a população local nunca perceberá o valor da luta pela defesa do meio ambiente e não exercerá a pressão necessária para suspender efetivamente a devastação.